

**EM BUSCA DO DIREITO A MORADIA E A CIDADE POR MEIO DA
INVESTIGAÇÃO-AÇÃO-PARTICIPATIVA**

**IN SEARCH OF THE RIGHT TO HOUSING AND THE CITY THROUGH
PARTICIPATORY-ACTION-RESEARCH**

**EN BUSCA DEL DERECHO A LA VIVIENDA Y A LA CIUDAD A
TRAVÉS DE LA INVESTIGACIÓN-ACCIÓN-PARTICIPATIVA**

Isabelle Teixeira Bertini¹ <https://orcid.org/0000-0002-1419-7655>

Ideni Terezinha Antonello² <https://orcid.org/0000-0002-6147-4731>

RESUMO

Por conta de uma urbanização acelerada e historicamente excludente, o Brasil apresenta elevado déficit habitacional e consequente surgimento de ocupações irregulares (favelas), pois, mesmo com o desenvolvimento de políticas habitacionais ao longo dos anos, grande parcela da população não possui meios para viverem em uma moradia digna, o que desencadeia consequências drásticas nos demais âmbitos da vida. Esta realidade demonstra que as ações desenvolvidas não são suficientes. Diante desse cenário, é urgente buscar alternativas que promovam transformações significativas nas cidades brasileiras. Neste caminho, o presente artigo busca discutir a relevância da Investigação-Ação-Participativa (IAP) de Fals Borda (1981) como uma abordagem que possa ser eficaz para atuar frente as desigualdades mencionadas e enraizadas no Brasil. Para isso, utilizando o paradigma do materialismo histórico e o método da análise documental, o presente estudo está dividido em duas partes: inicialmente será apresentado aspectos sobre o processo de urbanização do Brasil e seu caráter excludente e na sequência se evidencia as potencialidades da Investigação-Ação-Participativa. Espera-se que a produção do conhecimento científico caminhe reconhecendo e acolhendo os saberes populares e assim seja possível encontrar formas de transformação que propiciem a emancipação popular e a justiça social.

Palavras-chave: Urbanização. Desigualdades. Moradia. Participação. Emancipação.

ABSTRACT

Due to accelerated and historically exclusionary urbanization, Brazil has a high housing deficit and the consequent emergence of irregular occupations (favelas). Even with the development of housing policies over the years, a large portion of the population does not have the means to live in decent housing, which triggers drastic consequences in other areas of life. This reality shows that the actions developed are not enough. Given this scenario, it is urgent to seek alternatives

¹ Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Bacharel e licenciada em Geografia. E-mail: isabelle.bertini@uel.br

² Pós-Doutora em Geografia pelo IGOT- Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa/Portugal. Docente Associada do curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina e Pesquisadora CNPq (Bolsista PQ 2). E-mail: antonello@uel.br

that promote significant transformations in Brazilian cities. In this sense, this article seeks to discuss the relevance of Fals Borda's (1981) Participatory Action Research (PAR) as an approach that can be effective in addressing the aforementioned and deep-rooted inequalities in Brazil. To this end, using the paradigm of historical materialism and the method of documentary analysis, this study is divided into two parts: initially, aspects of the urbanization process in Brazil and its exclusionary nature will be presented, and then the potential of Participatory Action Research will be highlighted. It is expected that the production of scientific knowledge will recognize and welcome popular knowledge and thus it will be possible to find forms of transformation that promote popular emancipation and social justice.

Keywords: Urbanization. Inequalities. Housing. Participation. Emancipation.

RESUMEN

Debido a la urbanización acelerada e históricamente excluyente, Brasil presenta un elevado déficit habitacional y el consecuente surgimiento de ocupaciones irregulares (favelas), pues, incluso con el desarrollo de políticas habitacionales a lo largo de los años, gran parte de la población no tiene medios para vivir en una vivienda digna, lo que desencadena consecuencias drásticas en otras áreas de la vida. Esta realidad demuestra que las acciones adoptadas no son suficientes. Ante este escenario, es urgente buscar alternativas que promuevan transformaciones significativas en las ciudades brasileñas. De esta manera, este artículo busca discutir la relevancia de la Investigación Acción Participativa (IAP) de Fals Borda (1981) como un enfoque que puede ser eficaz en el abordaje de las desigualdades antes mencionadas y profundamente arraigadas en Brasil. Para ello, utilizando el paradigma del materialismo histórico y el método de análisis documental, este estudio se divide en dos partes: inicialmente se presentarán aspectos del proceso de urbanización en Brasil y su carácter excluyente, y luego se destacará el potencial de la Investigación-Acción Participativa. Se espera que la producción de conocimiento científico reconozca y acoja el conocimiento popular y así sea posible encontrar formas de transformación que promuevan la emancipación popular y la justicia social.

Palabras clave: Urbanización. Desigualdades. Alojamiento. Participación. Emancipación.

INTRODUÇÃO

O Brasil passou por um rápido e intenso processo de urbanização, fortemente orientado pelos princípios e interesses do sistema capitalista. Como resultado, um grande contingente populacional migrou para as cidades - realidade que pode ser confirmada pelos dados do último Censo Demográfico, que indicam que cerca de 87% da população brasileira vive atualmente em áreas urbanas (IBGE, 2022).

Apesar deste processo resultar na concentração da população nos centros urbanos, não houve a garantia de condições adequadas de moradia, acesso a infraestruturas e serviços básicos. Assim, as cidades brasileiras enfrentam os mais variados desafios que envolvem questões de ordem social, econômico e estrutural, realidade que assola principalmente a população de menor poder aquisitivo, ou seja, foi - e continua sendo -

uma produção social do espaço pautada em interesses que propiciam o agravamento das desigualdades.

Sabe-se que a ciência pode desempenhar papel fundamental na busca por soluções que enfrentem as desigualdades sociais e promovam cidades mais acessíveis a todos. No entanto, no campo da produção do conhecimento científico, também se percebe a influência de valores e interesses do sistema hegemônico. Fals Borda (1981) identifica que em muitos casos a ciência é construída de forma vertical e tendem a privilegiar resultados que estejam alinhados à acumulação de capital e à manutenção de estruturas de poder, colocando em segundo plano demandas sociais e os saberes populares.

Dessa forma, percebe-se que o modelo dominante tende a diminuir abordagens que sejam participativas e críticas. Realidade que torna fundamental a valorização de metodologias que rompam com esta lógica excludente e que promovam uma produção científica horizontal, que leve em consideração os saberes e demandas populares e que seja comprometida com a transformação da realidade.

Nesse contexto, é importante destacar o papel da práxis, que evidencia a necessidade de integração entre a teoria e prática, enfatizando que a construção do conhecimento deve ir além das produções teóricas, refletindo em práticas concretas, que levem em consideração a participação ativa da população, e que tenham como foco a transformação social. Portanto, a práxis “[...] reforça a importância dos sujeitos, bem como seus saberes e fazeres, voltando-se para as experiências associadas à consciência subjetiva e objetiva” (Vásquez, 1977 apud Cichoski; Rubin-Oliveira; Corona, 2023, p. 5).

Complementando, Saquet (2021) enfatiza que a participação social deve ocorrer de forma contínua, ou seja, deve ser levado em consideração e valorizadas as diferenças sociais e as necessidades da população. Neste movimento, a cooperação entre pesquisados e pesquisadores possibilita a transformação mútua entre os envolvidos no processo, assentado em pesquisador “*sentipensante*” como defende Fals Borda (1981).

Com o enfoque nesta concepção de resistência e evidenciando a importância da participação popular, o presente artigo tem por objetivo apresentar como a utilização da metodologia denominada Investigação-Ação-Participativa desenvolvida por Fals Borda (1981) pode ser um caminho de extrema relevância para transformar as desigualdades existentes nas cidades brasileiras – como é o caso do acesso a moradia – pois propõe a construção de um conhecimento científico que envolva de forma horizontal pesquisadores e os saberes populares.

O procedimento metodológico adotado se baseou no paradigma do materialismo histórico, por meio do método de análise documental, que se baseia na análise de documentos, pois, “[...] a riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009, p. 2).

Nessa perspectiva, inicialmente foram consultadas fontes bibliográficas que embasaram o arcabouço teórico do artigo e na sequência ocorreu a coleta de dados em órgãos oficiais, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação João Pinheiro (FJP), bem como em leis em âmbito nacional, como o Estatuto da Cidade (2001), visando subsidiar as análises desenvolvidas sobre o caráter do processo de urbanização do Brasil. Para uma melhor visualização dos dados, foram desenvolvidos quadros no *software* Microsoft Excel.

É importante esclarecer que as informações apresentadas sobre o déficit habitacional do Brasil entre os anos de 2005 a 2022, desenvolvidos pelo FJP, não seguiram em todos os anos os mesmos componentes, como pode ser visto no Quadro 1, porém, apesar de ocorrer uma variação de elementos, seguiu a mesma essência. Também vale destacar que não há dados disponíveis para os anos de 2020 e 2021.

Quadro 1: Componentes do Déficit Habitacional

2005	2006-2015	2016-2019	2022
<ul style="list-style-type: none"> • Reposição de estoque - Domicílios rústicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Reposição de estoque - Domicílios rústicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Habitação precária - Domicílios rústicos - Domicílios improvisados 	<ul style="list-style-type: none"> • Habitação precária - Domicílios rústicos - Domicílios improvisados
<ul style="list-style-type: none"> • Incremento de estoque - Domicílios improvisados - Coabitação familiar - Famílias conviventes Secundárias - Cômodos alugados e cedidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Incremento de estoque - Domicílios improvisados - Coabitação familiar - Famílias conviventes secundárias com intenção de constituir domicílio exclusivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade doméstica convivente - Unidade doméstica convivente déficit - Domicílio Cômodo 	<ul style="list-style-type: none"> • Coabitação - Unidades domésticas conviventes déficit, - Domicílio do tipo cômodo

(coabitação disfarçada)	- Cômodos alugados e cedidos (coabitação disfarçada)		
• Ônus excessivo com aluguel	• Ônus excessivo com aluguel	• Ônus excessivo com aluguel	• Ônus excessivo com aluguel
	• Domicílios alugados com adensamento excessivo de moradores por dormitório		

Fonte: FJP (2006, p. 16; 2008, p. 15; 2009, p. 21; 2011, p. 17; 2012, p. 11; 2013, p. 14; 2015, p. 17; 2016, p. 18; 2018, p. 25; 2021, p. 51. 2024, p. 10). Organizada e elaborada pelos autores.

A estrutura do artigo visa atingir o objetivo estabelecido e se divide em dois tópicos: o primeiro tópico apresenta a realidade da produção do espaço urbano brasileiro e seu caráter excludente e na sequência, o segundo tópico tem por finalidade demonstrar as potencialidades Investigação-Ação-Participativa de Fals Borda (1981) como um percurso metodológico em direção a transformações no espaço urbano.

Considera-se que, apesar de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (2001) que visam promover a participação popular e a formulação de políticas públicas habitacionais ao longo dos anos, a forma como as decisões são tomadas ainda privilegia ações verticais e impositivas, contribuindo para o agravamento das desigualdades e o para o persistente difícil acesso à moradia para uma parcela significativa da população brasileira. Essa realidade fica evidente diante da não erradicação do déficit habitacional, o que reforça a necessidade de repensar as formas em que ocorre a formulação e implementação das políticas públicas. Nesse contexto, a metodologia de IAP, ao aliar a produção de conhecimento científico com os saberes populares, se torna um caminho possível para gerar intervenções nas cidades e que promovam o direito a cidade e que a produção do espaço ocorra de uma forma atingir o bem-estar da população seja a principal finalidade.

PANORAMA DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E O SEU CARÁTER EXCLUDENTE

Rapidamente o Brasil se tornou um país urbano, e sua acelerada expansão econômica fez com que a produção das cidades pautada nos moldes do sistema

capitalista acarretasse diferentes graus de desenvolvimento, pois “[...] o capital em geral busca moldar o ambiente urbano às suas necessidades” (Maricato, 2015, p.22). Neste movimento, a cidade pode ser considerada como uma grande oportunidade de fazer negócios, sendo que as demandas da vida real da população, carregada de anseios e necessidades não são prioridade, pois “ou se remunera capitais [...] ou se investe na reprodução do trabalhador: saúde, educação, transporte, moradia, saneamento” (Maricato, 2015, s/n).

Desse modo, a produção do espaço urbano é fruto de um percurso histórico, que foi sendo moldado ao longo dos anos por meio das ações de agentes capitalistas produtores do espaço (Correa, 1989). É interessante salientar que neste processo a classe dominante tinha o controle sobre como viriam a se organizar as formas e a ocupação das cidades. Já as populações com menor poder aquisitivo foram excluídas desse processo e em muitos casos, destinados a ocupar áreas precárias, sem que existisse a possibilidade de escolha onde e como viver. Nesse contexto, Rolnick e Cymbalista (2000) salientam que em um movimento cíclico, também ocorre a perpetuação de injustiças e desigualdades, pois grande parcela da população não faz parte da distribuição de riquezas.

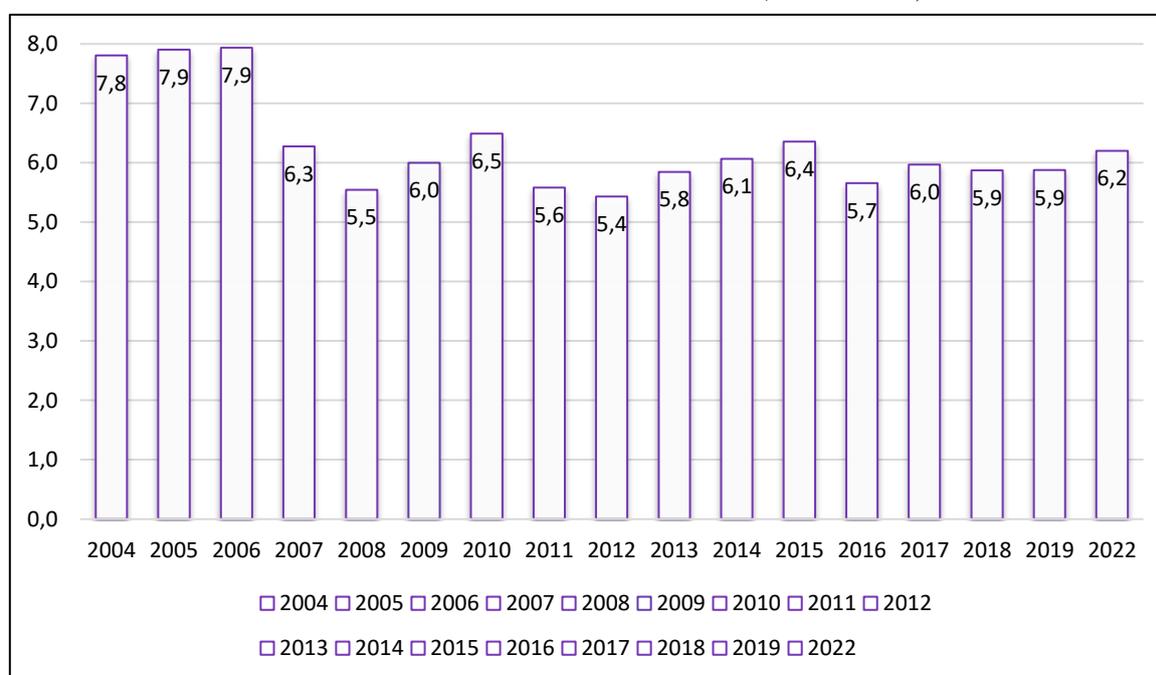
Como consequência desta promoção da desigualdade social está a segregação urbana que “[...] deriva de uma luta ou disputa por localizações; esta se dá, no entanto, entre grupos sociais ou entre classes” (Villaça, 2001 p. 148). Maricato (2003) afirma que a segregação se materializa a partir do difícil acesso a infraestruturas urbanas adequadas como: saneamento básico, transporte, serviços de saúde, educação, poucas oportunidades ao emprego formal e de profissionalização. Nessa lista podemos acrescentar a discriminação racial, e de gênero, a maior exposição a violência e consequente difícil acesso à justiça e até dificuldade em atividades de lazer. Como diz a própria autora “A lista é interminável”.

Como já mencionado, inúmeras são as demandas existentes nas cidades brasileiras. Nesta pesquisa, se volta o foco para a análise sobre a questão habitacional, considerada uma das formas concretas e visíveis das desigualdades sociais e consequente segregação territorial. Desse modo, é importante esclarecer que, por mais que falar sobre habitação pareça ser algo pontual, morar é algo intrínseco a existência humana nos moldes que vivemos atualmente, e reverbera em diversos campos da vida da população, portanto, “a questão habitacional não pode ser vista como um problema

isolado. Lidar com esse desafio vai além do meio construído, pois tem impacto em toda a organização da sociedade” (Bertini; Antonello, 2025, p. 6/7).

Nos debruçando nesta questão mediante a análise do déficit habitacional no Brasil, entre os anos de 2004 e 2022, os quais demonstram que os anos de 2004, 2005 e 2006 apresentam os maiores índices, com 7,8; 7,9 e 7,9 milhões, respectivamente. Percebe-se que houve uma oscilação entre os anos, porém, apesar de ter apresentado momentos de queda, esta queda foi pouco expressiva, pois, o déficit habitacional no país sempre esteve acima dos 5,5 milhões, e a análise mais recente, de 2022, aponta um aumento nos dados, com 6,2 milhões de domicílios (FJP, 2006; 2008; 2009; 2011; 2012; 2013; 2015; 2016; 2018; 2021; 2024, gráfico 1).

Gráfico 1: Déficit Habitacional no Brasil (2004 – 2022)

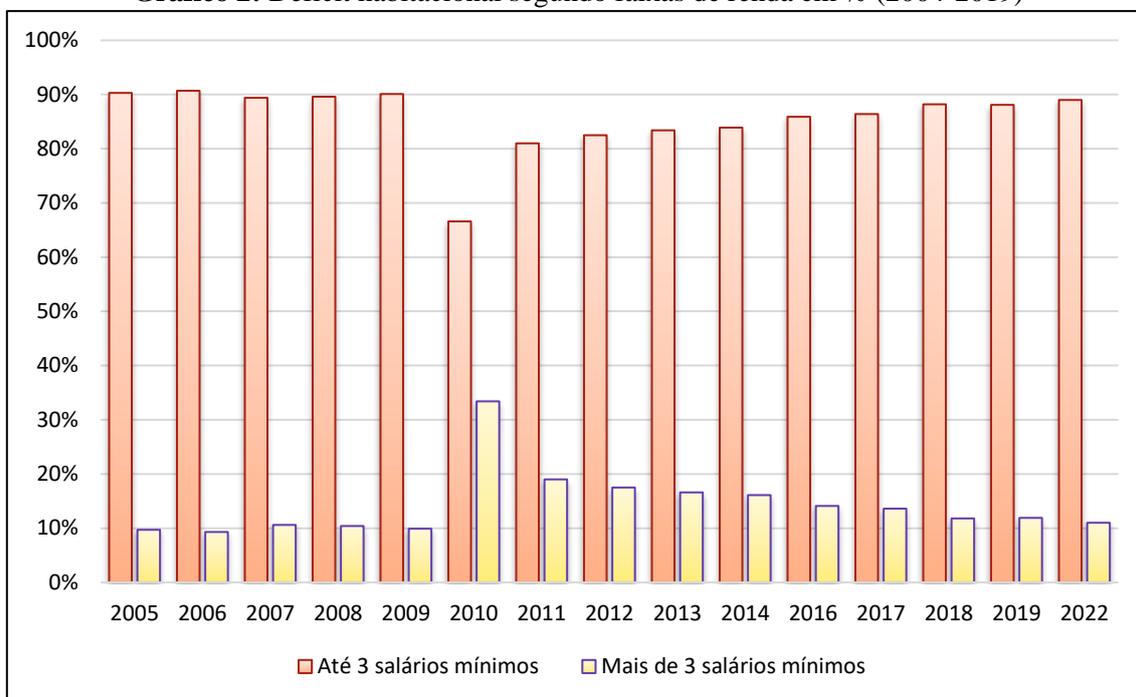


Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), 2006; 2008; 2009; 2011; 2012; 2013; 2015; 2016; 2018; 2021; 2024. Organizado e Adaptado pelos autores .

Após apresentar os dados absolutos, é interessante também analisarmos em qual classe social este problema se instaura. O Gráfico 2 demonstra em quais faixas de renda se concentram o déficit habitacional do país por extrato de renda, tendo como base os salários mínimos. Vale destacar que o salário mínimo sofreu alterações ao longo dos anos e para cada ano analisado, foi considerado o salário mínimo do período. Percebe-se que a grande concentração do déficit habitacional está nas classes sociais que ganham até três salários mínimos, com altas porcentagens, acima de 80%, com exceção de 2010,

que apresentou um índice de 67% (FJP, 2006; 2008; 2009; 2011; 2012; 2013; 2015; 2016; 2018; 2021; 2024).

Gráfico 2: Déficit habitacional segundo faixas de renda em % (2004-2019)



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), 2006; 2008; 2009; 2011; 2012; 2013; 2015; 2016; 2018; 2021; 2024. Organizado e Adaptado pelos autores

Após essas análises, fica claro que o mercado habitacional privado no Brasil é destinado para as classes privilegiadas que possuem um bom poder aquisitivo e que assim terão condições de construir ou comprar por conta própria sua residência. Correa (1989) ao enfatizar o papel dos promotores imobiliários na produção da cidade, demonstrou como a moradia para as classes menos favorecidas se torna interessante a partir do momento em que o Estado intermedia estes processos. Em grande parte desses casos, a produção de moradias para a classe popular é feita por meio da conversão da terra rural para a urbana, o que irá propiciar lucros para os agentes fundiários e colocará em movimento a especulação imobiliária e compactuará para o agravamento da segregação socioterritorial.

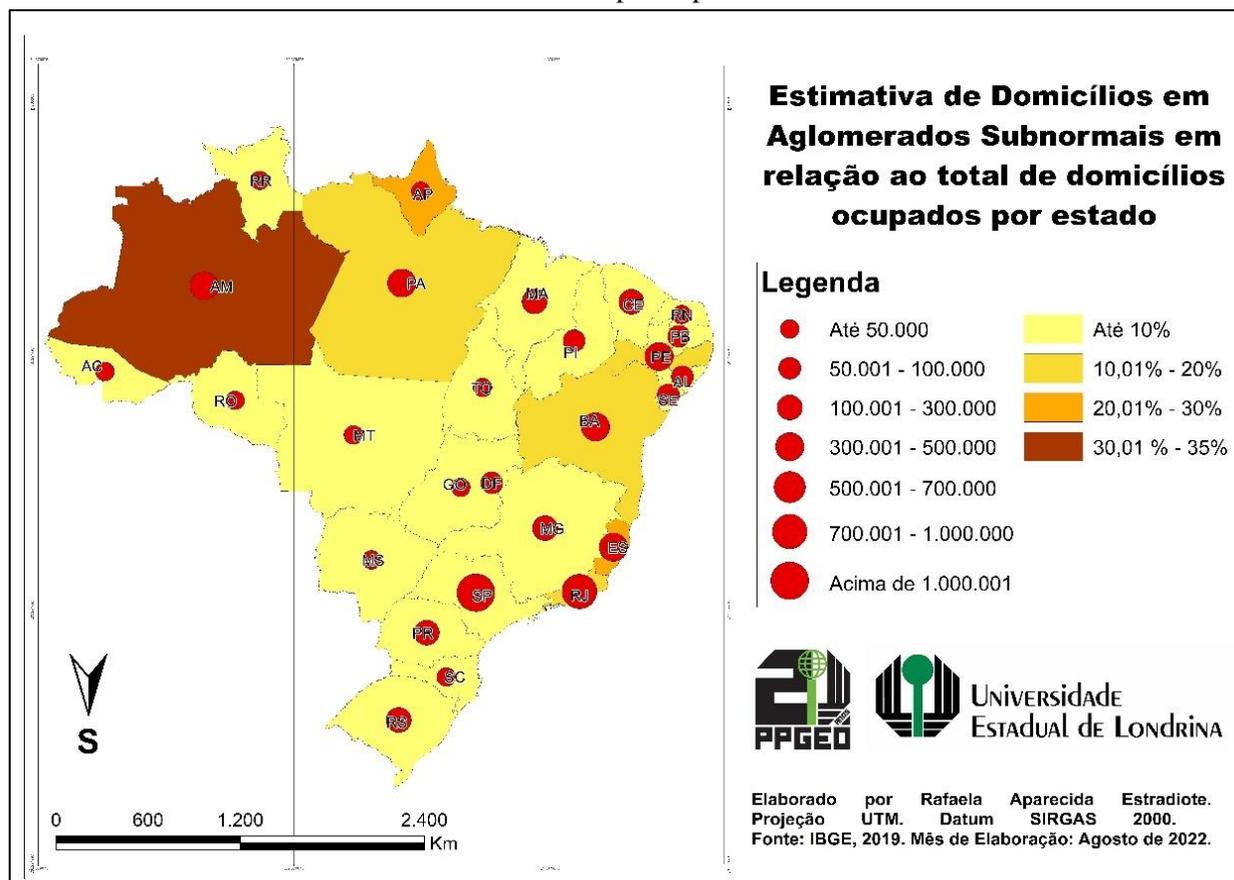
Apesar do Estado ter papel fundamental na universalização do acesso a moradia, como consta na Constituição Federal de 1988, e que ao longo dos anos tenham sido elaborados políticas públicas habitacionais em âmbito nacional, como é o caso do Banco Nacional da Habitação (BNH, 1964-1986) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV, 2009-2021; 2023-atual), na prática, não houve soluções definitivas que

erradicassem o déficit, muito pelo contrário, contribuíram diretamente para o agravamento das desigualdades e da segregação territorial devido ao padrão de localização periféricas dos conjuntos habitacionais e a distância de equipamentos urbanos (Bertini; Antonello, 2024). É interessante constatar que, embora cada política habitacional apresente suas particularidades, de modo geral, independente do período histórico em que foram implementadas, o padrão se repete: os interesses do setor privado e da construção civil são priorizados.

Percebe-se, portanto, uma continuidade histórica na produção do espaço urbano brasileiro, na qual ocorre a priorização da acumulação do capital, em detrimento do bem-estar coletivo, pois, não há soluções definitivas para questão habitacional no país. Fato que se evidencia quando analisamos o Mapa 1, que apresenta uma estimativa sobre os domicílios que estão localizados em aglomerados subnormais³ – ocupações irregulares. Constata-se que em todas as unidades de federações possuem pessoas vivendo em situações precárias, demonstrando que muitos precisam buscar meios próprios para ter acesso a moradia, porém, sem direito de viver a cidade em sua totalidade. Esta realidade “expressa a precarização da vida de uma parcela da população nacional, que convive no seu cotidiano com a “vulnerabilização”, engendrando uma crise social e ambiental” (Antonello, 2022, p. 282).

³ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) substituiu o termo “aglomerados subnormais” retomando o uso da palavra “favelas” e adicionando “comunidades urbanas”, em 2023. Esclarece-se que essa mudança não altera os critérios de identificação dessas áreas.

Mapa 1: Estimativa de Domicílios em Aglomerados Subnormais em relação ao total de domicílios ocupados por estado



Fonte: IBGE, 2020 *apud* Antonello, 2022, p. 281.

Complementando, o Quadro 2, apresenta dados comparativos entre 2010 e 2019⁴ sobre pessoas que vivem ocupações irregulares – aglomerados subnormais, demonstrando um aumento considerável. Em 2010, eram 323 municípios com pessoas vivendo em aglomerados subnormais, em 2019 passou a ser 734. No que cerne a quantidade de aglomerados subnormais, em 2010 existiam 6.329, já a estimativa para do ano de 2019, previa a quantidade de 13.151. A quantidade de domicílios ocupados em aglomerados subnormais também demonstram um grande crescimento: em 2010 eram 3.224.529 e em 2019, este número passa para 5.127.747 domicílios. Percebe-se, portanto, que mesmo com as políticas públicas habitacionais há um agravamento no problema.

⁴ É importante esclarecer que os dados de 2019 são estimativas, pois ainda não estão disponíveis os dados oficiais do último Censo Demográfico realizado em 2022.

Quadro 2: Números de Aglomerados Subnormais no Brasil em 2010 e 2019

	Municípios com aglomerados subnormais	Número total de aglomerados subnormais	Quantidade de domicílios ocupados em aglomerados subnormais
2010¹	323	6.329	3.224.529
2019	734	13.151	5.127.747 ²

Fonte: ¹Censo Demográfico 2010; ²Estimativa de domicílios ocupados realizada para a operação do Censo Demográfico 2020 conforme descrito em nota metodológica da Malha Territorial 2019 para enfrentamento da pandemia por COVID *apud* IBGE, 2019.

Apesar do Estatuto da Cidade (2001) ser um marco para a legislação urbanística brasileira e prever no seu Art. 2 as diretrizes gerais que perpassam sobre “I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” e da “II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”, percebe-se que na prática não acontece, pois, apesar da participação popular ser garantida por meio de audiências públicas, as tomadas de decisões acontecem de forma vertical e as políticas públicas habitacionais são desenvolvidas em âmbito nacional e com características padronizadas, o que demonstra que não se incorpora os saberes populares e não atuam para promover a autonomia da população em situação de vulnerabilidade.

E por não serem suficientes, se faz necessário buscar novos caminhos, em que as demandas das pessoas que vivem com seus direitos – constitucionais – comprometidos sejam de fato considerados para que novas políticas públicas possam ser formuladas levando em consideração a participação ativa da população. Bertini e Antonello (2023) salientam que um dos caminhos para mudar esta realidade se dá por meio da participação e emancipação popular efetiva.

A partir do contexto apresentado, o próximo tópico se volta para a reflexão sobre como a metodologia da Investigação-Ação-Participativa (IAP) possui um potencial para enfrentar os desafios presentes nas cidades brasileiras, no que se refere a inserção da população na elaboração das políticas públicas.

A POTENCIALIDADES DA INVESTIGAÇÃO-AÇÃO-PARTICIPATIVA DE FALS BORDA

Fals Borda (1981) enfatiza que a ciência vem sendo desenvolvida a partir dos moldes de uma classe minoritária e dominante, monopolizando o que deve ser considerado científico ou não. Constata-se que este modo de fazer ciência não segue um viés democrático, e atua com o interesse em fortalecer e manter em evidência os interesses políticos e econômicos do sistema capitalista, que possui em sua essência um caráter desigual e excludente. Nesta direção, Lefebvre (1991) destaca que há um controle frente as decisões, porém, existe a necessidade contrapor esta hegemonia por meio do desenvolvimento de um conhecimento crítico, contra esta hegemonia. Nas palavras do autor:

A hegemonia se exerce sobre a sociedade inteira, cultura e saber incluídos, o mais freqüente por pessoas interpostas: os políticos, personalidades e partidos, mas também por muitos intelectuais, cientistas. Ela se exerce, portanto, pelas instituições e pelas representações. Hoje em dia, a classe dominante mantém sua hegemonia por todos os meios, aí incluído o saber. O vínculo entre saber e poder torna-se manifesto, o que em nada impede o conhecimento crítico e subversivo e define, ao contrário, a diferença conflitual entre o saber ao serviço do poder e o conhecer que não reconhece o poder (1991, p. 29/30)

Nesse contexto, todos aqueles que possam desenvolver análises que tenham o foco na formulação de um conhecimento crítico e que vão na contramão a acumulação de capital, são relegados e reprimidos. A esta parcela de intelectuais Fals Borda (1981) os identifica como pertencentes a ciência emergente ou subversiva e, ciência popular.

É importante esclarecer que a ciência subversiva ou popular não deve ser compreendida como anticientífica ou que caminhe contra o desenvolvimento do saber nas mais diversas áreas do conhecimento, processo constante desde o surgimento dos humanos (Fals Borda, 1981). A construção de uma ciência popular leva em consideração o conhecimento emergente, subversivo e popular, sendo ele um “[...] conocimiento empírico práctico de sentido común, que ha sido procesión cultural e ideológica ancestral de las gentes de las bases sociales, aquél que les ha permitido crear, trabajar e interpretar predominantemente com los recursos directos que la naturaleza ofrece al hombre” (Fals Borda, 1981, p. 22), ou seja, trata-se de um saber que está enraizado nas vivências cotidianas e nas práticas culturais e históricas de cada população,

que devem ser reconhecidos e valorizados como parte fundamental da construção de uma ciência que seja mais democrática e comprometida com a transformação social.

Por não seguir os preceitos do conhecimento científico, a sabedoria popular é desvalorizada, porém, o autor defende que estes saberes também possuem sua racionalidade e por isso, pode ter seu reconhecimento científico validado (Fals Borda, 1981). É fato que todos os seres humanos possuem experiências de acordo com a realidade em que vivem e, portanto, estão carregados de sentimentos e significados, configurando assim a ciência popular. Dialeticamente, se por um lado este espaço vivido é subjugado por meio da repressão e alienação, por outro, nele pode frutificar a virtualidade as críticas ao sistema vigente, por conseguinte, é o lugar onde existe a possibilidade de mudança, para uma realidade mais justa e voltada para as relações sociais e não para o mundo da mercadoria (Lefebvre, 1991).

Desse modo,

[...] o diálogo de saberes acontece no encontro do conhecimento científico com o saber popular, gerando dinâmicas coexistentes que interagem em favor do fortalecimento das lutas sociais, contra os discursos e práticas dominadoras, buscando produzir conhecimentos enraizados e voltados para a melhoria das condições de vida dos sujeitos (Cichoski; Rubin-Oliveira; Corona, 2023, p. 4).

Quando pensamos no espaço urbano, é de extrema importância romper com o mundo homogêneo mediante o direito a diferença, caminhar na direção do desejo que não seja pautado no consumo e na mercadoria e no acúmulo de riquezas, ou seja, é na sutileza da vida cotidiana que podem ser reconhecidas as reais demandas populares e desse lugar, pode-se emergir a resistência, e a possibilidade de transformar as cidades em que vivemos em locais aonde todos tem o direito a vive-la de forma íntegra. Apesar de parecer utópico, o ser humano deve se apropriar da cidade de uma forma humana, aspecto essencial para vivermos em uma sociedade que priorize o bem-estar da população, uma sociedade mais justa e menos desigual contrariando a lógica sistema capitalista.

Tendo como foco romper com esta produção científica elitista e excludente, com base no arcabouço metodológico da dialética e da práxis, Fals Borda (1981) propõe uma discussão que irá promover o diálogo entre o conhecimento científico com a ciência popular de forma horizontal, ou seja, que vai na contramão dos interesses da classe dominante – que estão no centro das tomadas de decisões – e tem como objetivo o desenvolvimento de uma ciência que leve em consideração as necessidades e anseios das populações e suas diferentes realidades.

Nesse contexto, ao buscar uma nova forma de pensar a ciência, Fals Borda desenvolve uma metodologia intitulada Investigação-Ação-Participativa (IAP) que tem como pressuposto uma “reflexão-ação de transformação social que considera a participação dos sujeitos” (Cichoski, Alves, 2019, p. 80). Desse modo, pretende-se propor a construção de uma ciência transformadora, que leve em consideração os saberes populares.

É importante considerar o contexto de exploração ao qual grande parte dos países latino-americanos sofreram durante o período de colonização, fato que demonstra a imposição vertical de modelos culturais, científicos e históricos, que desconsideram as especificidades locais, como de países como o Brasil. A tentativa de Fals Borda é romper com este processo, pois quando a metodologia foi desenvolvida, o autor levou em consideração a realidade dos países latino-americanos, nas palavras do autor :

Essa metodologia tinha como pressuposto fundante o papel transformador da ciência e dos cientistas sociais, sobretudo em países como os latino-americanos nos quais as desigualdades são marcantes e as injustiças sociais são latentes. Diante disso, resgata-se a importância do *compromisso* com as lutas das classes subalternas e da *práxis* como vetor do pensamento social crítico. (2016, p. 399/400)

Fals Borda (1981) elencou os seguintes critérios para que a metodologia de IAP seja desenvolvida de forma eficaz e em direção a produção de um conhecimento desalienado que siga os preceitos da ciência popular ou subversiva, como pode ser visualizado no Quadro 2.

Quadro 2: Critérios para o desenvolvimento da metodologia de IAP

CRITÉRIO	DEFINIÇÃO
1. Diferencial de comunicação	É necessário que o pesquisador se atente e reconheça o desenvolvimento político e educacional da comunidade, na qual serão desenvolvidos os estudos. A utilização de uma linguagem acessível e materiais de apoio que seja de conhecimento do grupo, facilitará o envolvimento e entendimento dos participantes.
2. Simplicidade de comunicação	A linguagem utilizada deve ser acessível para todos, excluindo sobretudo os termos científicos e que dificultem o entendimento da comunidade e portanto, romper com o modo dominante de

	produção científica.
3. Autoinvestigação e controle	Não é papel do pesquisador determinar sozinho os caminhos da pesquisa, é necessário entender as demandas e necessidades da comunidade por meio do diálogo com os participantes, estimulando-os a refletirem e caminharem em direção a emancipação popular.
4. Vulgarização da técnica	As técnicas utilizadas durante a investigação devem ser simples e de fácil entendimento para que os participantes tenham autonomia para sozinhos caminharem em direção a transformação.

Fonte: Fals Borda, 1981. Adaptada e elaborada pelos autores

Por meio dos critérios definidos pelo autor é perceptível que o pesquisador deve atuar como mediador e com a responsabilidade em extrair os dados coletados e interpretá-los da forma adequada, contribuindo para uma construção de um futuro que seja transformador (Fals Borda, 1981). A partir disso, será possível auxiliar as comunidades a assumirem o protagonismo de suas histórias, desenvolvendo mecanismos próprios para atuarem contra as imposições do sistema dominante e das desigualdades existentes no espaço urbano e rural, ou seja, em direção a emancipação popular. Dessa forma,

O conhecimento, portanto, vai sendo construído a partir de uma metodologia participativa que envolve as relações sujeito-sujeito, os processos históricos, as condições geográficas, a consciência política, a luta de classes, os problemas emergenciais, os sonhos, enfim, o ser humano na sua potencialidade, o que exige compromisso, respeito e humildade, num ritmo de reflexão-ação. (Cichoski, 2021, p. 66)

Ao assumir essa postura o pesquisador se torna um ser sentipensante, ou seja, “[...]el hombre sentipensante que combina la razón y el amor, el cuerpo y el corazón, para deshacerse de todas las (mal) formaciones que descuartizan esa armonía y poder decir la verdad” (Fals Borda 2015, p. 10). Em outras palavras, o pesquisador irá atuar com o coração e a cabeça, tendo empatia e respeito pelas diferenças de realidades, “[...] o pesquisador sentipensante não se coloca a frente do povo, mas a seu lado” (Oliveira, Antonello, 2022, p. 6).

Os pressupostos teóricos-metodológicos elaborados e defendidos por Fals-Borda criou as bases em que “[...] o pesquisador não se situa em um espaço de exterioridade ou possui o conhecimento e o estende ao povo, mas sim o constrói, em diferentes

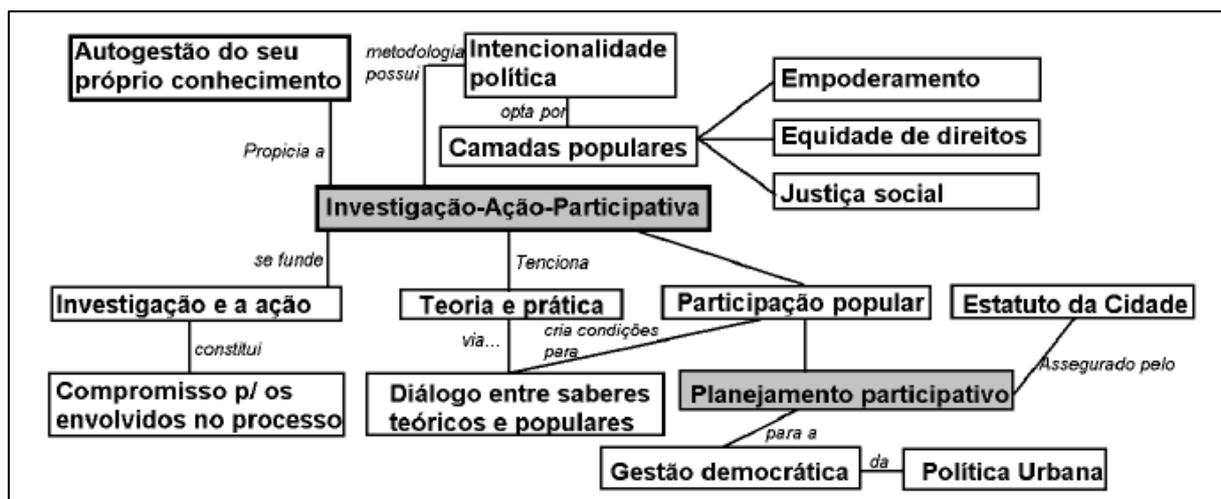
momentos e de diversas maneiras, com o objeto/sujeito” (Brigel, Maldonado, 2016, p. 400).

A partir deste olhar, a metodologia de IAP se apresenta com extrema relevância quando pensamos na realidade das cidades brasileiras, que como apresentado anteriormente, tem na sua essência um funcionamento excludente e desigual, que priorizam as demandas e necessidades das classes dominantes e da necessidade avassaladora do acúmulo de capital em detrimento da justiça social. Saquet (2021) enfatiza a importância em ser resistência, enfrentando no campo teórico e prático as imposições da lógica o sistema capitalista. Como esclarece Oliveria e Antonello ao defenderem a importância da investigação ação participativa no planejamento urbano, isso é:

A potencialidade desta perspectiva junto ao planejamento, sobretudo aquele que defende a participação popular, ganha relevo pelo fato dela valorizar o saber popular e colocar o povo em pé de igualdade com aqueles que são considerados detentores do conhecimento competente, além disso, a pesquisa ação defende o empoderamento das comunidades, para que a partir da autogestão possam transformar suas realidades. (2022, p.2)

Nesta perspectiva, Oliveira e Antonello (2022) apresentam a articulação entre a metodologia de IAP aplicada participação popular no planejamento e gestão do espaço urbano, evidenciando que há caminhos palpáveis a serem trilhados na direção a efetivação da participação popular.

Figura 1: Articulação entre a metodologia IAP e o planejamento participativo



Fonte: (Ortiz; Borjas, 2008) (Fals Borda, 1981) (Antonello, 2013) apud Oliveira, Antonello 2022.
Organizado por: Oliveira, Antonello, 2021.

Ao aliar a produção científica que leva em consideração os saberes populares, dando voz, e propiciando o empoderamento da população em situação de vulnerabilidade, podem ser desenvolvidos os parâmetros para o desenvolvimento de políticas habitacionais mais eficazes, que levem consideração aspectos como: 1) a localização das moradias em áreas já urbanizadas e próximos a equipamentos urbanos; 2) acessibilidade e mobilidade urbana; 3) qualidade e tipo de construção das moradias; 4) fortalecimento do sentimento de pertencimento; 5) contenção da especulação imobiliária, dentre outros aspectos que podem emergir a partir do diálogo com a população. Dessa forma, a escuta ativa e a participação efetiva das pessoas que vivenciam o difícil acesso a habitação se tornam fundamentais para construir possibilidades mais justas e contextualizadas como o espaço vivido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado sobre as cidades brasileiras, marcadas por intensas desigualdades sociais e pela segregação territorial, a utilização da Investigação-Ação-Participativa (IAP) de Fals Borda (1981,2025) pode ser considerada uma potente ferramenta metodológica. Dentre suas potencialidades, está relação horizontal que se estabelece entre o pesquisador e a comunidade a ser pesquisada, valorizando os saberes populares e na participação ativa na construção do conhecimento, com o objetivo da emancipação popular e assentada em um pesquisador *sentipensante* que vivência o espaço vivido junto ao povo, e não acima dele, assim desenvolvendo uma ciência popular em prol da transformação socioterritorial.

Desse modo, a aplicação desta metodologia poderá contribuir diretamente para o rompimento com as práticas tradicionais da produção do espaço urbano, que mesmo com avanços importantes, como é o caso do Estatuto da Cidade (2001) e seus instrumentos, continuam tomando decisões verticais que ignoram as reais necessidades da população em situação de vulnerabilidade socioterritorial. É importante mencionar que, mesmo com políticas públicas habitacionais, a construção massiva de moradias o direito constitucional da participação popular, o déficit do país não sofreu mudanças drásticas, demonstrando que as ações até então realizadas são insuficientes.

A partir do diálogo entre os diferentes atores sociais será possível entender as demandas desta população e assim, auxiliá-los no entendimento dos seus direitos e da sua

emancipação, visando que a formulação de políticas públicas seja mais justa, com foco na gestão democrática e que cumpra com a justiça social e caminhar para uma transformação socioterritorial das cidades brasileira e acreditar como Fals Borda que se deve lutar como homens da ciência para uma ciência social voltada para uma sociedade superior a atual.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I. T. Ampliação dos territórios vulneráveis no Brasil: o desafio do planejamento urbano para atingir a agenda das cidades inclusivas e saudáveis. In: COSTA, E. M.; LOURO, A. (org). **Desigualdades em saúde, desigualdades no território: desafios para os países de língua portuguesa em contexto pós pandemia**. 1ed. Portugal: Centro de Estudos Geográficos, 2022, 277-284p.

ANTONELLO, I. T.; VEIGA, L. A.; BERTINI, I. T. Territórios vulneráveis e de resistência na luta por uma habitação digna em Londrina/PR. **Revista Territorial**, Goiás – GO, Edição Especial – GIPAP, 2024, p. 76-103.

BERTINI, I. T. **As políticas habitacionais e a produção do espaço urbano de Londrina-Pr**. Dissertação. Mestrado em Geografia. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 156p.

BERTINI, I. T.; ANTONELLO, I. T. Década a década: as políticas habitacionais e a produção do espaço urbano de Londrina-PR. **Raega**, Curitiba, v. 60, n. 1, p. 70-91, ago. 2024.

BERTINI, I. T.; ANTONELLO, I. T. A expansão do perímetro urbano de Londrina-PR aliado a construção periférica dos conjuntos habitacionais: em busca de um desenvolvimento sustentável. **Revista Gerenciamento de Cidades**, v. 11, n.84, 2023, p. 157-170.

BERTINI, I. T.; ANTONELLO, I. T. Olhos na rua ou no isolamento? Jane Jacobs e a realidade em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, Miami, v. 19, n.3, 2025, p. 1-15.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm> Acesso em 25 set. 2024.

BRINGUEL, B.; MALDONADO, E. E. **Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação.** Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/21832/15904>>. Acesso em 10 out. 2023.

CICHOSKI, P.; ALVES, A. F. **A pesquisa-ação na obra de Orlando Fals borda: contribuições para repensar o desenvolvimento rural.** Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/51309/28674>>. Acesso em 10 jan. 2024.

CICHOSKI, P. **A interdisciplinaridade na pesquisa e na ação participativa: contribuições de Orlando Fals Borda.** Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

CICHOSKI, P.; OLIVEIRA-RUBIN, M.; CORONA, H. M. P. IAP e Dialógos de Saberes: Sentipensando experiências socioambientais no lugar. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 9. n. 2, 2023, p. 1-18.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1989.

FALS BORDA, Orlando. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, F. V.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. De (Org.). *Investigación participativa y praxis rural.* Lima: **Mosca Azul**, 1981. p. 19-47.

FALS, BORDA, O. **Una sociología sentipensante para América Latina.** Antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Ministério das Cidades. **Déficit Habitacional no Brasil 2005.** 1ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Ministério das Cidades. **Déficit Habitacional no Brasil 2006.** 1ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Ministério das Cidades. **Déficit Habitacional no Brasil 2007.** 1ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Ministério das Cidades. **Déficit Habitacional no Brasil 2008.** 1ed. Brasília: Fundação João Pinheiro, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Ministério das Cidades. **Déficit Habitacional no Brasil 2009.** 1ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Ministério das Cidades. **Déficit Habitacional no Brasil 2010**. 1ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Ministério das Cidades. **Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012**. 1ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Ministério das Cidades. **Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014**. 1ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Ministério das Cidades. **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. 1ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Ministério das Cidades. **Déficit Habitacional no Brasil 2016-2019**. 1ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Ministério das Cidades. **Metodologia do Déficit Habitacional e da Inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/RelatorioMetodologiadoDeficitHabitacionaledaInadequacaodeDomiciliosnoBrasil20162019v1.0.pdf>>. Acesso em 7 jul. 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Ministério das Cidades. **Déficit Habitacional no Brasil 2022**. 1ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2024.

IBGE. **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em 10 set. 2024.

IBGE. **Censo 2022: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas#:~:text=Segundo%20o%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022,%25%20Oestavam%20em%20%C3%A1reas%20rurais>>. Acesso em: 01 mai. 2025.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade**. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgfBw9PyLxBxbNRbf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 26 set. 2024.

MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

OLIVEIRA, A. P. S.; ANTONELLO, I. T.; **A utopia de transformação socioterritorial pela luz que irradia da participação popular: abordagens latino-americanas de planejamento urbano.** Disponível em:

<https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT1_SEM_181_453_20211127143613.pdf2022>. Acesso em: 13 jan. 2024.

RODRIGUES, A. Desigualdades Socioespaciais – a luta pelo direito a cidade. **Cidades**, São Paulo, v.4, n.6, 2007. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/571/602>> Acesso em: 08 out. 2023.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R.; NAKANO, K. Solo Urbano e a Habitação de Interesse Social: A questão fundiária na política habitacional e urbana no país. **Revista de Direito da ADVOCEF**, Porto Alegre, v. 1, n.13, nov. 2011 Disponível em: <<https://revista.advocef.org.br/index.php/ra/article/view/148>>. Acesso em: 06 out. 2023.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 5. Ed. 2013. 174p.

SANTOS, M. **O espaço cidadão**. 7. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SAQUET, M. **Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial.** Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8497/6069>. Acesso em 29 out. 2023.

SÁ-SILVA, J. R.; DE ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n. 1, p. 1-14, Julho, 2009.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 25, nº 71. 2011.

Artigo recebido em: 30 de setembro de 2024.

Artigo aceito em: 21 de maio de 2025.

Artigo publicado em: 24 de maio de 2025.